ATA RESUMIDA DA 594ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2011.

1) DATA E PRESENÇA

Dia dezoito de abril de dois mil e onze, em segunda convocação, às vinte horas e trinta minutos, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e dois Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidência:	José Manssur
Vice-Presidente:	Evandro Antonio Cimino
Primeiro Secretário "ad hoc":	Eduardo Ribas Oliveira Machado
Segundo Secretário "ad hoc":	Antonio Alberto Foschini
Terceira Secretaria "ad hoc":	Eneida Perez Garcia de Carvalho

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião, desde logo determinando a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros.

- ***É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros***

Presidente – Justificou a ausência do Primeiro Secretário Apparecido Teixeira, comunicando que o Segundo Secretário Eduardo Ribas Oliveira Machado ocuparia a Primeria Secretaria "ad hoc" e o Terceiro Secretário, Antonio Alberto Foschini, a Segunda Secretaria "ad hoc". Para ocupar a Terceira Secretaria "ad hoc", convidou a Conselheira Eneida Perez Garcia de Carvalho, tendo o Plenário aquiescido.

4) EXPEDIENTE

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente – Submeteu ao Plenário, tendo sido aprovadas, as seguintes proposições: votos de pesar de autoria da Mesa do Conselho: 1) pelo falecimento

do Francisco de Assis Faria Magalhães, pai da Conselheira Telma Magalhães Buckup; 2) pelo falecimento da Sra. Luiza Souza Langbeck Corrêa, mãe da Sra. Glaucia Langbeck Osse e sogra do Conselheiro Arnaldo Osse Filho, Secretário da Comissão de Obras; 3) pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Silva Simon, esposa do ex-Conselheiro Friedrich Theodor Simon; votos de pronto restabelecimento: de iniciativa da Mesa do Conselho, aos Conselheiros Nice de Lima e Higino Carlos Freitas de Oliveira e do ex-Conselheiro Mário Avancini, esposo da Conselheira Dulce Arena Avancini; 2) formulado pelo Conselheiro Rodrigo da Silva Rojas, subscrito pelo Plenário como um todo, ao atleta pinheirense da Seleção Brasileira de Remo, Jairo Klug; votos de louvor de autoria da Comissão de Esportes, a destaques esportivos das Seções de Atletismo, Badminton, Basquete, Biathlon/Triathlon, Esgrima, Ginástica Artística, Judô, Polo Aquático, Saltos Ornamentais e Tênis, conforme relação disponibilizada no site do Conselho; voto de aplauso proposto pela Mesa, ao Conselheiro Efetivo Arlindo Virgílio Machado Moura, recém eleito Vice-Presidente de Administração e Finanças do Instituto de Engenharia; voto de júbilo de propostos pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, aos atletas que representaram o Clube na Meia Maratona de Lisboa (20/3/2011); votos de cumprimento de autoria da Mesa do Conselho, à Equipe de Handebol, pela conquista do Campeonato Pan-Americano de Clubes (6 a 9/4/2011), classificando-se para o Campeonato Mundial no Catar; voto de louvor proposto pela Mesa do Conselho, à Equipe Masculina de Basquete, sagrou-se Campeã de um Torneio Interligas (Franca/SP), enfrentando as melhores equipes do Basquete Argentino, que é campeão olímpico. Convidou os Conselheiros para assistirem à final dessa competição, no próximo dia 21, destacando que pela primeira vez uma equipe de Basquete do Clube participava de um Torneio Internacional. Em seguida, declinou os nomes dos candidatos/chapas que se inscreveram, e tiveram suas candidaturas deferidas, para concorrer ao pleito a ser realizado na reunião de 25 de abril, a saber: Chapa Coligação Pinheiros: candidatos à Presidência e Vice-Presidência da Diretoria: Conselheiros Luís Eduardo Dutra Rodrigues e Arnaldo Couto de Magalhães Ferraz, respectivamente; candidatos ao Conselho Fiscal: Membros Efetivos: Keyler Carvalho Rocha, Ademir José Scarpin, Edilberto Porto, Membros Suplentes: José Roberto de Araújo Cunha Junior, Alencar Severino da Costa e José Carlos Augusto Luxo; Chapa Pinheiros de Todos Nós: candidatos à Presidência e Vice-Presidência da Diretoria: Conselheiros Fernando Silva Rohrs e para Peter Alfredo Burmester, candidatos ao Conselho Fiscal: Membros Efetivos: Luiz Bacarin, Antonio de Pádua Fiorillo, Nelson Gouveia, Membros Suplentes: Antonio Carlos de Oliveira, Renaldo Rocha Primo e Waldemar Antonaccio Junior. Por oportuno, convidou os candidatos e demais interessados a participar da

apresentação do sistema eleitoral, que seria promovida no dia seguinte, 19 de abril.

Cezar Roberto Leão Granieri – Reiterou o voto de aplauso e de louvor consignado ao Conselheiro Efetivo Arlindo Virgílio Machado Moura, pela sua eleição para a Vice-Presidência do Instituto de Engenharia de São Paulo, tendo como Presidente Aluizio de Barros Fagundes, com mandato até abril/2013. Discorreu sobre a trajetória profissional do homenageado.

Clovis Bergamo – Propôs voto de louvor ao Diretor, professores e funcionários da Seção de Tênis, pela realização da competição Copa das Nações, que contou com a participação de 165 crianças entre 3 e 12 anos de idade. Proposta aprovada.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – Propôs voto de pesar pelo recente falecimento do Sr. José Geraldo Dias Pessanha, irmão da Conselheira Vera Helena Dias Pessanha. Cumprimentou a Assessoria de Planejamento e Tecnologia, pela implantação do novo sistema de controle e uso das quadras de Tênis, bem como cumprimentou a Diretoria como um todo, na pessoa do Presidente Antonio Moreno Neto, pela excelente gestão realizada. Referindo-se ao sucesso do evento Festa da Jovem Guarda, destacou que o Clube, antes essencialmente esportivo, agora também conta com excelentes bares e restaurantes e uma área social de primeiríssima linha. O voto proposto foi aprovado.

Roberto Antonio Kirschner – Propôs fosse consignado voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ademar de Barros, Presidente do Conselho Deliberativo do São Paulo Futebol Clube.

Presidente – Informou que esteve presente no velório do Dr. Ademar de Barros, não só na condição de Presidente do Conselho Deliberativo, como na condição de seu amigo.

Gilberto De Luccia – Comentando a respeito, também propôs votos de louvor ao Diretor Adjunto de Tênis, Hugo Scott, ao Gerente paulo Cleto e ao Assessor de Planejamento e Tecnologia, Jorge Augusto de Albuquerque Ehrhardt, pela implantação do sistema de uso das quadras de Tênis. Votos aprovados.

Alexandre Fiore – Propôs voto de louvor ao atleta e professor Gabriel Vella de Freitas, 3º Colocado no Campeonato Pan-Americano de Jiu-Jitsu (27 a 29/03/2011 – Irvine/Califórnia). Aprovado.

Antonio Carlos Foschini – Dirigindo-se ao Presidente Antonio Moreno Neto, discorrendo sobre a evolução do Clube nas diversas áreas, prestou homenagem à Diretoria, pelos serviços prestados ao Clube nos quatro anos de mandato, externando seu agradecimento pela brilhante gestão. Desejou êxito à futura Diretoria.

Maria Angélica Masagão Prochaska – Propôs votos de louvor ao Diretor de Esportes Aquáticos e Individuais, Marcos Macedo Maynard Araújo, ao Diretor Adjunto de Saltos Ornamentais, Fernando Aloysio Telles Ribeiro, aos integrantes e atletas da Seção de Saltos Ornamentais, pela conquista do 3º Lugar no Troféu Brasil (07 a 10/04/2011 – Rio de Janeiro/RJ), a saber: Equipe Técnica: Fabiana Izumi e Roberto Biagioni; Atletas: Fernanda Robles Rodrigues, Jéssica Elisa Bueno de Melo, Gabriel Fuzo Gomes, Jackson André de Oliveira e William Sgurscow. Destacou as seguintes atuações: Medalha de Prata - dupla do Trampolim Sincronizado: Willian Sgurscow e Jackson Oliveira; Medalha de Bronze – Plataforma: Jackson Oliveira e Gabriel Gomes. Votos aprovados.

5) ORDEM DO DIA

Item 1 - "A Voz do Conselheiro".

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – Reivindicou seja acelerada a obra da portaria do Clube voltada para o Shopping Center Iguatemi; que na obra do novo estacionamento seja afixado o cronograma físico, atualizado mês a mês; e, climatização do Salão de Festas. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Cândido Padin Neto – Transmitiu os seguintes pedidos à Diretoria: 1) instalação de um fraldário na Seção de Tênis; 2) manutenção do Buffet a quilo aos domingos; 3) instalação de caixa em determinados pontos, para pagamento de taxas e mensalidades nos fins de semana; 4) viabilização do pagamento mensal da taxa de Tênis, atualmente semestral, aproveitando os recursos do novo sistema eletrônico instalado para controlar o uso das quadras; 5) instalação de um sistema de lonas, para cobrir as quadras de Tênis durante as chuvas. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Cleantho de Camargo e Silva – Solicitou que os associados sejam continuamente informados sobre o andamento e aspectos em geral da obra do novo Estacionamento, sugerindo que tais notícias sejam veiculadas por

intermédio da Revista Pinheiros. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Alexandre Fiore Weyand – Pleiteou melhores esclarecimentos sobre a desativação dos alojamentos do 3º andar no Conjunto Desportivo. Tendo em conta que associados teriam presenciado terceiros ingressarem no Estacionamento do Clube, utilizarem o bebedouro ali existente e se retirar, reivindicou que tanto no atual como no novo estacionamento seja previsto um sistema de acesso que impeça o ingresso de estranhos, que coloca em risco a segurança dos associados. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Item 2 - Apreciação da ata da 593ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28 de março de 2011.

Presidente – Não havendo manifestação em contrário, declarou a ata aprovada conforme apresentada.

Item 3 - Apreciação do processo CD-04/2011, referente ao Relatório da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2010.

Presidente – Prestou esclarecimentos sobre a matéria e abriu a discussão.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Destacou que o volume do relatório demonstrava a importância conferida pela Diretoria à prestação de contas de sua gestão. Ressaltou que o relatório é importante, também, como instrumento de qualificação de gestão, que serve de base para a decisão de agentes externos, por exemplo, com relação a patrocínio, incentivo, liberação de financiamento e negociação com o Clube. Esse tipo de relatório é tão importante para o mercado fazer negócio, que se instituiu um prêmio para o de melhor relatório anual de organizações não empresariais, promovido pela ABRASCA - Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto. E, neste sentido, solicitou ao Conselho que autorizasse o Clube a participar da 13ª edição desse prêmio, desde logo fornecendo os elementos necessários para a inscrição. Tratando do Relatório propriamente dito, pedindo à Diretoria que quando registrasse valores diferentes dos originalmente aprovados, o fizesse de forma a permitir aos Conselheiros conciliar os valores aprovados com aqueles realizados, sem taxar um relatório como este de inconsistente. Havia valores que mencionados como orçados que diferiam daqueles indicados no Orçamento, como, por exemplo, na pág. 42, o

total de receitas era de R$ 99 milhões, na página 132 da prestação de contas, o total de receitas orçadas figurava como R$ 101 milhões. Ressaltou a importante evolução do relatório demonstrada pelo Parecer dos Auditores Externos Independentes, pois no parecer deste ano não constavam ressalvas ou notas de ênfase, como constou nos pareceres de 2007, 2008 e 2009, o que significava que eles tiveram acesso a mais informações e fizeram análises mais profundas, dispensando observações quanto a fatos que precisariam de uma avaliação mais cuidadosa. Quanto à manifestação do Conselho Fiscal, também alinhada ao de anos anteriores, pediu que seu Presidente esclarecesse o motivo pelo qual não assinou o parecer, fato que, certamente, constava de ata. Entretanto, procurou ter acesso às atas, mas foi orientado a formalizar tal pedido, cuja resposta, segundo informou a Secretaria, lhe seria fornecida na data de hoje. Observou que não deve haver dúvida sobre o prestígio do Conselho ou da atuação dos Conselheiros, que devem e podem ter acesso às atas do Conselho Fiscal, pois nada há de secreto nelas. Quanto ao relatório, se de um lado tanto os Auditores e o Conselho Fiscal atestavam que a prestação de contas respeitou a legislação específica, de outro, chamava a atenção para o fato de que na demonstração dos superávits dos exercícios (pág. 106), em 2010 está registrado um superávit de R$ 43,7 milhões, ao passo que, analisando sob o enfoque gerencial, aprovamos e tentamos executar um Orçamento onde o resultado seja próximo a zero; não precisamos acumular lucros. Isso se deveu a dois eventos específicos: a reversão da provisão do REFIS, que permitiu abater R$ 21 milhões do saldo da dívida do Clube com o REFIS, e R$ 37 milhões oriundos de editais e taxas de transferência de títulos. Somando-se esses dois eventos, houve uma receita de R$ 58 milhões, que nada tem a ver com a contrapartida de custos ou funcionamento operacional do Clube, são receitas extra-operacionais, e, portanto, não devem ser consideradas na análise do desempenho gerencial do Clube. Ao descontar R$ 58 milhões da receita, o valor que sobra é o que deve ser usado para saber se estamos equilibrados com os custos. Quando se fazemos essa conta, deparamos com um déficit de R$ 15 milhões. Indagou à Diretoria qual a razão desse déficit e de onde sairão recursos para saná-lo. Observou que o déficit em 2009 foi de R$ 5 milhões, ou seja, em dois anos acumulamos um déficit de R$ 20 milhões no conceito operacional. A reversão da provisão do REFIS foi legalizada em 1º/03/2011, e modificou as contas encerradas em 31/12/2010, o que é normal; é tratado tecnicamente como um evento subsequente, e tanto a Auditoria quanto o Conselho Fiscal consentiram em ajustar o balanço de forma retroativa. E, com base no conceito de evento subsequente que foi usado no REFIS, pediu que a Diretoria esclarecesse os motivos pelos quais o redirecionamento da SKY não foi mencionado no relatório. Havia essa possibilidade, pois no dia 12/03, a SKY anunciou sua associação com a Cimed, num ato de ruptura antecipada do

contrato assinado em 2009 por três temporadas. Perguntou se o Clube, neste caso, teria direito a indenizações, ou seria cobrado por não ter cumprido alguma cláusula, e se havia passivos ou riscos potenciais que deveriam ser reconhecidos na conta de variáveis previdenciárias ou trabalhistas.

Presidente – Leu carta recebida no dia 11 de março, do Presidente do Conselho Fiscal, Keyler Carvalho Rocha - que havia despachado, pedindo fosse dada ciência aos integrantes da Mesa, à Diretoria, aos Conselheiros - comunicando que, em virtude de viagem ao Exterior, estaria ausente do País de 13 a 31/03/2011, e que, nesse período, aquela Presidência seria exercida pelo seu Secretário, Ademir José Scarpin, que assinou o parecer. Com relação ao pedido de acesso às atas, Dr. Keyler Carvalho Rocha havia pedido para que uma funcionária do Conselho Fiscal, que também é do Conselho Deliberativo, entregasse ao orador a carta lacrada, mas constava que o mesmo preferiu recebê-la, se é que o faria, após o seu pronunciamento. (O Conselheiro Luís Alberto respondeu que preferiu receber a carta ao final da reunião, tendo Sr. Presidente a entregue ao interessado, naquele momento, em mãos.) Finalmente, recebeu o pedido de esclarecimentos à Diretoria formulado pelo orador, informando que ela seria instada a se manifestar após os pronunciamentos.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Inicialmente, parabenizou a Diretoria, na pessoa do Presidente Antonio Moreno Neto, consignando que este, nos últimos quatro anos, engrandeceu o nome do Clube com importantes realizações nas áreas culturais, sociais e esportivas, além de investimentos significativos na melhoria da infraestrutura nas áreas de bares e restaurantes e segurança interna e dando início à construção do novo estacionamento, tão almejado pelos associados, e mais várias outras grandes realizações. Destacou que durante os últimos quatro anos, de 2007 a 2010, somando-se todos os Orçamentos o Clube obteve uma receita de cerca de R$ 500 milhões. A Diretoria administrou uma folha de pagamento da ordem de 1.000 funcionários, voltados à prestação de serviço para um público extremamente exigente, os associados. Parabenizou a gestão da Diretoria, que demonstrou muita dedicação e cumprimento com a Administração do Clube e com a satisfação dos anseios dos associados. No tocante ao Relatório, enfatizou que não se tratava apenas de aprovar um balanço contábil, pois este já fora auditado e, de acordo com as demonstrações financeiras apresentadas, refletia adequadamente a posição patrimonial e financeira do Clube. A função do Conselho era analisar o que os números mostravam sobre a gestão da Diretoria no ano de 2010. Fez uma introdução, discorrendo sobre a finalidade de cada um dos três orçamentos que compõem a proposta orçamentária aprovada em novembro/2009, mencionando, ao final, os

recursos obtidos através da Lei de Incentivo ao Esporte e Lei de Incentivo à Cultura, cuja aplicação deve seguir aos projetos previamente aprovados pelos respectivos Ministérios. Disse que, analisando a situação Liquidez Corrente do Clube, subdividindo as contas do Ativo e do Passivo Circulante (pág. 105) conforme esses três Orçamentos: Orçamento de Custeio, Bares e Restaurantes e Investimentos, surpreendeu-se ao constatar que, em tese, a situação de liquidez do caixa das Contas de Custeio não está nada confortável para o Clube. O Ativo Circulante era de R$ 54 milhões e o Passivo Circulante de R$ 36 milhões; uma diferença de, aproximadamente, R$ 18 milhões positivos, o que seria ótimo se não houvesse vínculos e restrições ao uso desses recursos. Explicou que a gestão dos Orçamentos do Clube deve obedecer à origem das receitas que tem sua aplicação definida, não sendo possível, por exemplo, utilizar os recursos obtidos com a venda de títulos sociais para pagar Contas de Custeio. Da mesma forma, os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte. Excluindo esses valores das Contas de Custeio, chegava-se a um capital de giro negativo de R$ 19 milhões.

Roberto Gasparini (aparte) – Ponderou que há cerca de 12 anos, incorporou-se como informações adicionais aos demonstrativos contábeis alguns índices normalmente utilizados por analistas de crédito ao considerar o balanço patrimonial de qualquer entidade, para efeito de concessão de crédito, etc, análise de balanço: índice de endividamento, índice de liquidez. E o Clube passou a divulgar esses números mensalmente. Entretanto, não há uma norma interna do Clube que obrigue a gestão a prestar esse tipo de informação, cabendo essa avaliação aos analistas, ao Conselho Fiscal, aos próprios Auditores Independentes. A mensuração de índice de liquidez não se aplica a relatórios gerenciais, ou modelos de gestão, ou planos de gestão por Orçamento, que são apenas ordens definidas conceitualmente para realização e cobertura das despesas que o orador relatou. Para efeito de avaliação do patrimônio de uma entidade o que vale é o balanço patrimonial. Então, na avaliação de índice de liquidez, o Clube é atípico em relação a entidades empresariais mercantis, etc., No fluxo do Clube, o índice de liquidez é dinâmico, e se altera no dia a dia. Se considerarmos que, para efeito de determinação de índices, o que consta é o patrimonial. Portanto, considerava impertinente o conceito abordado pelo orador.

Presidente – Durante o pronunciamento do orador, interveio, dizendo que não poderia permitir debate.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Resumindo, disse que no Ativo o Clube tem R$ 1,6 milhões em Caixa e Bancos, que não podem ser utilizados para pagamento de Contas de Custeio, porque já estão vinculados à Lei de Incentivo ao Esporte. Na Conta de Aplicações Financeiras, tem R$ 32 milhões, que também estão vinculados ou à Lei de Incentivo ao Esporte, ou ao Fundo de Emergência, ou Fundo Especial para Investimentos. Na Conta de Créditos a Receber, há R$ 17 milhões, também vinculados, referentes à venda de títulos, que não podem utilizados para pagamento de Contas de Custeio. Aí são R$ 16 milhões e 700, que não podem ser utilizados. Se somarmos Caixa e Bancos, Aplicações Financeiras e Créditos a Receber que estão vinculados, como determina o Estatuto, são R$ 50 milhões, aproximadamente. Preocupa o fato de que, dos 54 que o Clube tem no Ativo, 50 estão vinculados, portanto, ele só conta com R$ 4 milhões disponíveis para pagamento das Contas de Custeio.

Julio Ricardo Magalhães (aparte) – Perguntou se orador tinha conhecimento se o Clube alguma vez teria sido protestado, ficado devendo para alguém, ou fora inadimplente. Ressaltou que o balanço era de 31 de dezembro, e a conta do caixa deveria ser feita agora, em abril.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Respondeu que não tinha acesso a essas informações, mas que o preocupava o fato de o Clube contar com bastante recursos vinculados e não dispor de dinheiro em caixa para fazer frente ao Custeio. Vendo o índice de liquidez sob este enfoque, o Clube tem R$ 17 centavos em caixa para pagar cada R$ 1,00 que gasta. Pediu que a Diretoria esclarecesse como a situação do Custeio chegou a esse ponto, pois não viu no Orçamento/2011 nenhuma provisão para sanear esse desequilíbrio.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Perguntou se o orador entendia que a situação era diferente daquela demonstrada relatório.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Concluiu que o capital de giro do Clube, da forma como encerrou o ano, se desconsiderado o dinheiro que está em caixa, oriundo da venda de títulos e Lei de Incentivo ao Esporte, sobrariam em torno de R$ 4 milhões para fazer frente ao Passivo da Conta de Custeio da ordem de R$ 23 milhões. Então, haveria R$ 19 milhões de capital de giro negativos.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Agradeceu.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Esclareceu que os recursos da Lei de Incentivo ao Esporte podem ser utilizados para pagamento de despesas de Custeio, desde

que sejam ligadas ao esporte e estejam dentro das ações do projeto aprovado. Hoje o pagamento de cerca de 90 técnicos esportivos, antes despesa de Custeio, é suportado por recursos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Presidente – Observou que não permitiria debates paralelos.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Referiu que utilizou o mesmo raciocínio para as contas de 2010, de 2009 e de 2008. As contas de 2008, a diferença entre o Ativo e o Passivo, excluindo-se essas contas vinculadas, verifica-se um capital de giro positivo da ordem de R$ 8 milhões. Em 2009, esse capital de giro foi para menos R$ 6 milhões. E, para 2010, para menos R$ 19 milhões. Houve uma diminuição do capital de giro de 2009 da ordem de R$ 14 milhões, e, no ano de 2010, de R$ 13 milhões. Isso preocupava, porque era uma tendência e no Orçamento de 2011 não estava prevista qualquer medida profilática para resolver esse problema.

Andreas de Souza Fein – Pediu que o Balanço fosse distribuído com mais antecedência para análise dos Conselheiros, como ocorreu com a Proposta Orçamentária. Assinalou a ausência da assinatura do Presidente no parecer do Conselho Fiscal, no seu entender imprescindível e cuja justificativa deveria ter sido enviada com o Balanço. Com relação ao balanço, destacou um significativo déficit no Custeio: para uma receita de R$ 95 milhões e 233 mil há uma despesa de R$ 99.991.000,00, e não havia qualquer explicação sobre como esse déficit foi coberto. Ademais, deveria ter sido apresentada uma proposta para zerar esse déficit, uma falha grave de procedimento. Percebe-se que a gestão normal do Clube não foi suficiente para equilibrar suas contas. Se não houvesse a emissão de títulos e caso o Clube não tivesse tido a chance de lançar na Conta de Receita uma conta gráfica, ou seja, um movimento contábil que não significou a entrada efetiva de um único centavo de receita, o Clube registraria um déficit de R$ 15 milhões. Reiterou que não havia explicação sobre a origem desse déficit, tampouco sobre o destino das verbas aprovadas para obras pelo Conselho, que não foram realizadas. Assinalou uma última irregularidade, referente aos patrocínios. Comentou que a Diretoria naturalmente tem toda liberdade de atuação para executar o Orçamento, mas ela não pode ignorar o Estatuto, o que fez toda vez que assinou contratos e patrocínios que alteraram o uniforme do Clube. Além disso, o balanço apresenta pouquíssimas informações sobre a destinação desses patrocínios.

Tarcísio de Barros Bandeira – Ateve-se a algumas dificuldades que teve para entender o Relatório. Observou que não havia a classificação de três ou quatro

tipos de associados. Por exemplo, onde estão alocados os 65 atletas olímpicos e paraolímpicos, como militante, como pré militante, citados na pág. 13? E os 670 de formação desportiva de atletas não profissionais? Porque eles não cabem na listagem de atletas da pág. 71, nem em outro lugar, devendo isso ser corrigido, principalmente por se tratar de um clube esportivo. Mesmo enaltecendo o trabalho da equipe de Marketing, ponderou que o Pinheiros não é um resort; as aplicações comerciais do marketing normal não se aplicam num Clube que não pretende crescer e dar lucro. De modo que o assustava a ascendência com que o marketing estava tendo sobre algumas decisões. Quanto ao trabalho da Área Financeira, disse a introdução de um tipo de correção monetária no balanço era extremamente perigosa e deveria ser tomada com todo cuidado, porque quase todas as correções monetárias redundam em fracasso. No total do relatório, pairava a dúvida se a Diretoria não estava exercendo a prerrogativa e a obrigação indeclinável e intransferível do Conselho de deliberar. Colocou-se à disposição para esclarecimentos suplementares.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Prestou esclarecimentos sobre a Lei de Incentivo ao Esporte e o esporte competitivo no Clube. Explicou que a Lei de Incentivo ao Esporte veio para auxiliar os clubes no custo de manutenção de atletas competitivos, e há quatro anos vem exercendo a atribuição de controlar a Lei de Incentivo ao Esporte. O Clube foi o terceiro projeto a ingressar no Ministério do Esporte, e o primeiro Clube esportivo. A Lei permite que todo o Custeio do esporte no Clube seja mantido com esses recursos. O custo do esporte no Pinheiros, de se manter os associados, mais 350 militantes, ficou em R$ 12 milhões, e foi feito um projeto nesse valor. Nesse período, o Clube conseguiu captar R$ 10 milhões e executar todas suas atividades esportivas, adequando o orçamento para o valor captado. Inclusive foram considerados os 90 funcionários, técnicos esportivos, que já eram do Clube. Então, o Ministério solicitou que fizesse uma carta constando que esses técnicos seriam alocados no projeto, no período de sua duração. Houve necessidade de incrementar algumas atividades, como medicina esportiva, psicologia esportiva, nutrição, que foram terceirizadas, com contratos vigentes e recursos alocados do início ao fim do projeto. O projeto durou dois anos, esses contratos foram encerrados e o Clube não teve nenhum custo a mais; os funcionários, que já eram do Pinheiros, retornaram às atividades normais. A Lei de Incentivo ao Esporte encerrou 2010 com um caixa de R$ 12.800.000,00. Para 2011, o Clube já tem à disposição R$ 12.800.000,00, divididos nos seguintes projetos: Projeto de formação, abrangendo 734 atletas entre 14 a 19 anos de idade, 311 militantes e 423 associados; Projeto Olímpico, mencionado pelo Conselheiro Bandeira, que conta com 65 atletas, dos quais 60% são associados e 40% são militantes, mais 8 para-

atletas; Projeto do Basquete, em que grande parte dos recursos não veio do patrocínio puro, mas da Lei do Incentivo ao Esporte, portanto, não onerou o Clube; Projeto do Polo Aquático, que só terá início depois que o Clube captar pelo menos 20% do valor necessário; e, Projeto do Voleibol Feminino, que foi necessário complementar com verba de patrocínio, para que o Clube tivesse essa equipe que está entre as quatro melhores do País. Com a Lei de Incentivo ao Esporte, procurou, primeiro, desonerar o Custeio do Clube, porque isso só poderia ser feito na formação desportiva, onde há o maior número de associados; desonerar grande parte do auto-rendimento, trazendo as equipes de excelência, como a da Natação. Só no projeto olímpico há 24 atletas praticamente classificados para o Pan-Americano; o Clube deverá enviar 50% de atletas a mais em relação ao anterior. Informou sobre oportunidades de participações e treinamentos no Exterior, que o Clube pode proporcionar a atletas de várias modalidades, dentro do Projeto Olímpico, utilizando recursos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Com relação aos R$ 12 milhões e 804 mil mencionados pelo orador (pág. 103), disse que do valor total aplicado na formação de atletas – R$ 8 milhões e 986 mil - apenas se pode reconhecer, nas contas de resultados, R$ 5 milhões e 824 mil, ou seja, R$ 3 milhões e 161 a menos, diferença que estava sendo objeto de reivindicação oficial junto ao Ministério. Observou que, da forma como estava escrito no relatório, havia a possibilidade de interpretar que esses valores de R$ 3 milhões e 121 mil, durante esse período, foram suportados com recursos do Custeio.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Explicou que a Lei de Incentivo ao Esporte permite o início de um projeto quando se tiver captado 20% de seu valor, dentro de um cronograma físico financeiro, e pode-se desenvolver o projeto. Durante esse período pode-se continuar captando e, encerrando o plano de trabalho, é obrigatório prestar contas ao Ministério. Como o Ministério ainda não está bem estruturado, só há uma reunião de aprovação das contas na primeira terça-feira de cada mês. Ocorre que, de abril até setembro, o Clube não conseguiu captar, porque o melhor período é o final do ano, em razão do imposto de renda. Com esse dinheiro o Clube está aliviando o Custeio. O Clube elaborou a previsão orçamentária, só que o dinheiro da Lei de Incentivo entrou, mas não foi gasto. Então, não se onerou o Custeio; estava previsto, só que não se conseguiu aportar pela Lei de Incentivo. Como há um superávit na Lei de Incentivo, o Clube está pleiteando ao Ministério do Esporte que reembolse o Custeio.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Deu-se por esclarecido, pois o orador confirmara a interpretação que o Custeio absorveu. Agradeceu.

Roberto Cappellano (aparte) – Reportou que, antes do advento da Lei de Incentivo ao Esporte, os gastos do esporte competitivo eram suportados pelo Custeio. Chegou a Lei de Incentivo para suportar as despesas do esporte. Infelizmente, O Clube não está conseguindo captar. Perguntou, então, qual modalidade de esporte amador estaria sendo prejudicada pela falta desse dinheiro da Lei de Incentivo.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Respondeu que a Lei de Incentivo não patrocina esporte profissional; apenas o esporte amador. Comentou que no Brasil os únicos esportes considerados profissionais são Futebol, o Box, e um terceiro, cujo nome não lhe veio à mente. O furo de R$ 3 milhões foi justamente no projeto de formação, porque o Clube não conseguiu captar o necessário, e, para não interromper o projeto, inclusive porque os técnicos retornariam ao Custeio, porque esses profissionais são do Pinheiros há anos, o Custeio aportou essa verba, e agora está tentando recuperá-la perante o Ministério do Esporte. A propósito, mencionou que desde o início solicitou à Diretoria que, quando o valor aportado pelo projeto olímpico ou pelo projeto de formação desonerasse o Custeio, até sugestão do Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques, se fizesse um Fundo do Esporte, à disposição para alguma necessidade ou para algum outro esporte. Reiterou essa sugestão para a próxima Diretoria.

Roberto Cappellano – Agradeceu.

Julio Ricardo Magalhães (aparte) – Por se tratar de despesas incorridas, que de qualquer maneira onerariam o Custeio, pediu que o orador confirmasse se no mês de janeiro, fevereiro e março o dinheiro do Incentivo reembolsaria o Custeio.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Disse que, conforme podia se verificar na prestação de contas da Diretoria, em 31/12/2010 havia um superávit da Lei de Incentivo ao Esporte de R$ 12 milhões e 800, já prevendo o retorno dos R$ 3 milhões, dependendo apenas da autorização do Ministério, que estava em andamento.

Presidente – Comentou que teve ímpeto de iniciar a reunião com as explicações da Diretoria, mas isso poderia ser interpretado como um procedimento seu, ex-officio. Sua intenção era que, com as eventuais explicações da Diretoria, várias dúvidas ficassem aplacadas. Mas não o fez, para não quebrar uma rotina, pois leu

as atas de dez reuniões anteriores, da mesma natureza, e sempre foi observada essa sistemática, em que pese seu entendimento contrário. Entretanto, isso já era fato consumado e encerrado.

Tarcísio de Barros Bandeira – Salientou que sua indagação sobre como estavam classificados os atletas profissionais não tinha sido respondida.

Presidente – Comprometeu-se a franquear as perguntas, caso houvesse dúvidas ao final da manifestação da Diretoria e do seu Presidente.

Luís Eduardo Pinheiro Lima – Colocou o setor de Lei de Incentivo ao Esporte à disposição para eventuais consultas de dados relacionados ao assunto.

Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Designado pelo Sr. Presidente da Diretoria, Antonio Moreno Neto, prestou os esclarecimentos seguintes sobre a matéria. Inicialmente, ressaltou que o balanço de 2010 apresentava uma série de inovações em relação aos anteriores; por força de uma nova Legislação, foi necessário implementar uma série de conceitos, que trouxeram maior transparência aos números. Com relação à compatibilidade do Orçamento aprovado com o realizado, explicou que é prática antiga do Clube, de que os Orçamentos sejam corrigidos. O orçamento é feito com base de valores de setembro e outubro, e, no transcorrer do ano, sofre correções, não só nas mensalidades, mas nas despesas, baseadas nos índices de variação de salários e de aumento de custos, basicamente o IPC. Então, quando se comparam os números do Orçamento final, ele está atualizado com relação àquele foi inicialmente apresentado ao Conselho. Partindo para respostas mais objetivas, quanto à menção de que o resultado real seria R$ 15 milhões negativos, entendeu necessário fazer algumas retificações, porque se tirar somente as receitas e não tirar as despesas, realmente se chega a essa conclusão. Consignou que a retirada do valor de R$ 37 milhões, como sendo não operacional, ou seja, que não deve ser considerado para efeito de cobertura de despesas, é exagerada, porque, na verdade, a venda de títulos arrecadou R$ 28 milhões. Historicamente, as taxas de transferência ou as vendas realizadas durante o exercício sempre são reconhecidas no exercício. Então, conservadoramente, poderíamos considerar somente R$ 28 milhões, mas, se considerarmos 30, que são os R$ 6 milhões de 2009, teremos um número bastante diferente, um benefício em torno de R$ 6 a 7 milhões. Na parte de despesa - chamando atenção para sobre as alterações que estão havendo no balanço a partir deste ano - temos dois itens importantes - pág. 106: Provisão para Contingências Passivas, R$ 2 milhões e 724 mil. Pela primeira está sendo constituída uma provisão com base nos números reais das

contingências passivas, de processos trabalhistas e processos civis. Foi feito um levantamento e, com base em critérios bem definidos pela nossa Auditoria, foi constituída essa provisão. Nas Despesas Gerais, R$ 5 milhões e 939, a maior parte é depreciação. Depois de bastante tempo, por uma nova exigência legal, voltamos a reconhecer depreciação dos Ativos. Portanto, o Clube tem R$ 2 milhões de provisão, mais R$ 5 e 900, praticamente R$ 8 milhões. Somados aos R$ 7 milhões, já são R$ 15 milhões, que foram colocados como prejuízo, mas, na realidade, não são; esse valor é decorrente de um ajuste contábil, que a partir de agora passa a fazer parte do balanço. Quanto ao índice de liquidez, disse que desde que assumiu a Área Financeira foi incitado a apresentar na Revista, mas sempre foi reticente com relação a isso, porque entender que esse índice de liquidez efetivamente não se aplica ao Clube; ele sofre uma influência muito grande, como as verbas que são recebidas com destinação específica, por exemplo, da venda de títulos. Toda vez que se faz uma venda de títulos, o índice de liquidez sobe. No momento em que se aplica essa venda de títulos o índice de liquidez desce. É uma situação histórica, não só de 2008, que precisa ser corrigida. Se for apurado corretamente o índice de Custeio, melhor será a situação financeira do Clube. Com relação ao déficit de R$ 3 milhões e 121 na conta de Lei de Esporte, explicado pelo Conselheiro Lima, é importante compreender que esse Orçamento foi colocado como uma Peça extra, mas na realidade não o é; já foi criada há muito tempo, nem deveria estar transitando nas contas de resultado; isso só aconteceu para efeito de melhor mostrar o resultado. Na verdade, o resultado de R$ 4 milhões e 700 mil comentado como negativo, o resultado real de Custeio, é resultado patrimonial, que, também historicamente, é diferente do resultado orçamentário. É importante distinguir bem uma coisa de outra. Antigamente, até se faziam alguns comparativos entre um valor e outro. Isso talvez seja retomado. Nesses R$ 4 milhões apresentados no demonstrativo patrimonial, R$ 3 milhões são da a Lei de Incentivo, R$ 1 milhão e 900 são despesas de engenharia, lançadas normalmente nas contas gerenciais de investimento, que acompanham os R$ 4 milhões, que não são de Custeio no conceito gerencial. Quanto ao fato de gastar, também, os R$ 3 milhões, é importante assinalar que, ao assumir a Lei do Incentivo, o Clube assumiu a responsabilidade, ele tem um compromisso com os seus investidores; não pode interromper esse investimento de forma abrupta. Em decorrência de um atraso na validação, no preenchimento dos 20% necessários para descartar o ano de 2010, o Clube teve que utilizar recursos para manter o plano. Para o ano de 2011, ao contrário do que foi colocado em Plenário, de que não houve provisão orçamentária para que esse valor, no Orçamento de 2011 foram previstos R$ 4 milhões e 861 de Lei de Incentivo, ou seja, iniciamos com uma reserva do balanço de R$ 13 milhões, contra uma previsão orçamentária de 4. Ou

seja, há bastante folga para administrar esse recurso. Colocou-se à disposição para esclarecimentos.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Agradeceu ao Sr. Diretor pelo brilhante esclarecimento prestado. Entretanto, observou que essas despesas seriam incorridas, independente da quantidade de títulos que fosse vendida e do tamanho do perdão da dívida que o Governo fizesse ao Clube; é muito mais função do novo critério do que não é uma contrapartida àquela receita.

Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Discordou, dizendo que no momento que foi colocado como sendo o número resultante, esses valores estavam inclusos nos R$ 15 milhões.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Aduziu que o conceito dos R$ 15 milhões justamente era aquele, o que aconteceria caso o Clube expurgasse as receitas extraoperacionais. Pediu esclarecimentos sobre os eventos subsequentes, com relação aos atletas, sobre o redirecionamento.

Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Respondeu que o assunto seria esclarecido pelo Sr. Presidente da Diretoria.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Agradeceu.

André Franco Montoro Filho (aparte) – Referiu que a Lei de Incentivo veio ajudar muito ao Clube, mas todos os valores envolvidos estavam no Orçamento. De forma que, se não houvesse esses recursos, muitas atividades não poderiam ser exercidas, ou o problema seria maior, mas ela já estava considerada dentro da análise. Então, a deterioração das contas de Custeio não restou esclarecida, porque a Lei de Incentivo é um recurso a mais. Tirando essa fonte, que está dando grandes contribuições ao Clube, as diversas vinculações e o investimento, parecia que estava havendo uma deterioração orçamentária do patrimônio do Clube. Quer dizer, estava havendo um gasto de Custeio, ao menos pelo resultado patrimonial, ainda, gerando dúvidas e preocupações, em que pese haver em algumas contas a discussão colocada pelo Sr. Diretor. Numa análise mais detalhada, verificou-se que existe esse problema, e a própria dificuldade, ou recusa do Diretor publicar os índices de liquidez, exatamente por causa das variações, que tem muita coisa incluída que precisa ser permanentemente feita a checagem. Historicamente, é claro, porque o caixa é único, se tem recurso vinculado sempre aparece essa dificuldade. Mesmo com todas as explicações, lhe pareceu que a situação de despesas de Custeio ainda era preocupante.

Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Esclareceu que, justamente pensando nisso, a Diretoria procurou demonstrar de forma mais clara a realização do Orçamento de 2010. O item Lei de Incentivo ao Esporte (pág. 131) foi colocado exatamente para que ficasse bem consignado que o gerenciamento da conta de Custeio em si foi positivo. Isso porque terminou com um déficit de R$ 63.000,00, que num total R$ 95 milhões é irrisório. E por uma atitude, pensada, de manter uma atividade muito importante para o Clube. Isso está bem claro e cada um desses itens estava detalhadamente demonstrado.

Luiz Guilherme Laraya Kawall (aparte) – Perguntou sobre o déficit de capital de giro.

Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Disse isso acontece por conta das provisões que são feitas normalmente, quando se elabora o Orçamento. Apesar de o Regulamento determinar que o Orçamento seja feito com base em competência, muitas vezes, eu vou comprar uma mesa, essa é a competência hoje. Eu vou pagar no mês seguinte, é o caixa. Existem atos dentro da contabilidade, são competência e caixa. E o Regulamento determina que seja feito por competência, então cria alguns problemas com relação a isso. É um dos índices.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Devido à materialidade da diferença do capital de giro na conta de Custeio, como havia identificado, em torno de R$ 19 milhões, perguntou se existia alguma provisão para este e para os próximos anos para sanear esse problema do déficit do Orçamento de Custeio.

Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Informou que no Orçamento de 2011 já estão previstos cerca de R$ 4 milhões, que, evidentemente, depende de uma série de realizações, tanto de receita, como despesa, mas está embutido, principalmente no que se refere à Lei de Incentivo ao Esporte. Como havia dito, no Orçamento foi feita uma previsão de gasto de R$ 4 milhões e 800, e devemos ter já com projetos aprovados, em torno de 12, valor que vai minimizar, em muito a despesa de Custeio de 2011.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Agradeceu.

Vicente Mandia (aparte) – Preliminarmente, parabenizou o Diretor Antonio Augusto pela explanação técnica, demonstrativa da capacidade de gestão da Diretoria. Em segundo lugar, disse entender que não se deve conjecturar sobre o

futuro, mas vivenciar o presente, que está realizado e demonstrando nesse Relatório, que recebeu até sugestão no sentido de ser inscrito em determinado Órgão para com correr a um prêmio.

Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Agradeceu.

Presidente – Concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Diretoria.

Presidente da Diretoria, Antonio Moreno Neto – Inicialmente, agradeceu ao Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, informando que enviaria o relatório à ABRASCA. A propósito, comentou que há dois anos o Relatório foi enviado e ficou em 2º lugar; no ano passado, não sabia precisar a razão, mas o Clube não concorreu. Com relação à SKY, havia um contrato de três anos, sendo que todos os contratos efetivados, tanto com os atletas como a comissão técnica, foram todos por temporada, com vencimento em 30/05/2011. O volume de quase 95% dos pagamentos desses atletas compete à SKY, que é o valor maior, o direito de imagem. E nesses contratos dos atletas de direito de imagem não fizeram por três anos, com exceção de quatro atletas. O Marcelinho e o Rodrigão, que saíram, já acertaram; o Giba e o Gustavo vão para o SKY Cimed, e ficarão mais um ano lá. Esse é um dos motivos da continuidade, quer dizer, nós temos a mesma rescisão que nós vamos fazer de contratos que nós temos de alguns atletas com R$ 3.200,00 vezes 2, vamos pôr com os encargos sociais, estão previstas no Orçamento e seriam realizadas o ano que vem. Mas todas elas estão cobertas pelo Orçamento. Quanto à captação de recurso, examinando o Orçamento, existe a pendência de R$ 3 milhões e 100 de despesas que deveriam ser realizadas através da Lei, e tiveram que ser antecipadas pelo Custeio. Realmente, houve uma defasagem na obtenção desse recurso. A Diretoria deveria decidir entre demitir os atletas, ou a comissão técnica e alguns outros, cortando viagens, e tudo, dessa preparação, que já estava no segundo ano. E ponderou-se muito que seria um retrocesso, afinal, o Clube está preparando atletas, e, de acordo com o projeto, se prepara um atleta de 14 a 19 anos pelo menos durante quatro anos. Então, a Diretoria decidiu que não o faria. Outro aspecto importante é que os investidores estavam colocando dinheiro no projeto, que não tinham complementado a necessidade do Clube ainda, mas existia a responsabilidade de responder pela aplicação. Então, o Clube também respeitou esses outros investidores. Com relação ao prazo de captação de incentivos, que é em dezembro, um patrocinador ia colocar esse recurso, mas, por razão de estratégia interna dele, investiu esse recurso nas Confederações, e não nos clubes, não só o Pinheiros, como o Minas Tênis Club, um parceiro que também receberia tais recursos. Ressaltou que no contrato com a SKY ficou

pendente uma despesa de patrocínio puro, de R$ 700.000,00, que não está previsto em 2011, que será paga neste mês. E da mesma forma a Sabesp, que teve uma de troca de comando, e também estará depositando R$ 600 mil, somando, então, R$ 1 milhão e 300 de recursos não previstos, em 2011. Dirigindo-se ao Conselheiro Andreas de Souza Fein, explicou que há pendentes duas obras aprovadas pelo Conselho e não realizadas, uma delas é a Cabana do Pai Tomás; as outras estão sendo executadas e serão ser entregues proximamente. Quanto a patrocínios, esclareceu que as empresas que têm lucro real muito alto e recolhem imposto renda trocaram o posicionamento de ação de marketing; substituíram o patrocínio puro, usando os recursos da Lei de Incentivo de 1% de imposto de renda que elas podem destinar. O Club e não atingiu o quanto pretendia, mas em 2010 conseguiu aumentar em 52% o valor do patrocínio puro em relação a 2009. A Diretoria colocou no Orçamento de 2011 somente o que o Clube dispunha "em Casa" em setembro, R$ 12 milhões e 800, para um projeto de R$ 4 e 800. A diferença foi lançada em um orçamento e separada, porque aprendeu-se, com esses R$ 3 milhões e 100, a não contar com o recurso que não tiver 100% de certeza que obterá. Sobre a questão levantada pelo Conselheiro Roberto Cappellano, explicou que, na realidade, houve um aumento sensível na formação de atletas e também de alto rendimento, em função dessas oportunidades de recursos. Comentou que uma jornalista vem fazendo boatos, dizendo que vai acabar o Vôlei Feminino do Clube. Na realidade, a SKY saiu do Vôlei Masculino, se manteve no Basquete, argumentando que, como é uma empresa do mercado que trabalha com resultados, no primeiro ano o Clube obteve o 3º lugar na Liga, e neste ano saiu antes dos quatro finalistas. Segundo seu Presidente, a SKY pagará qualquer despesa dessa saída, e ingressará com um incentivo de cerca de R$ 1.300.000,00 no Basquete, que está obtendo resultados melhores. O Vôlei Masculino só permanecerá se houver patrocínio, nem consta do Orçamento de 2011. Então, essa política que a Diretoria está deixando no final do mandato é muito saudável. No Vôlei Feminino, o Mackenzie já afirmou, entrou com R$ 1 milhão e 300 o ano passado e deverá investir R$ 2 e 300 neste ano, valor que suportará a despesa, estando previstos apenas R$ 500 mil no Orçamento, no primeiro semestre. Entendeu interessante a ideia do Fundo do Esporte. Explicou que quando assumiu, em 2007, as despesas de esportes já contavam com R$ 3 milhões a menos da necessidade. E o Orçamento cresceu. Por isso que o valor que está sendo gasto não é só em alto rendimento, mas na formação, cujo valor das atividades aumentou, sendo coberto por essas receitas não orçamentárias. Prosseguindo, disse que há 4 anos a dívida do clube com o REFIS estava em torno de R$ 60 milhões, com a redução e a correção do novo REFIS houve uma redução de R$ 17 milhões e 727. O Clube ingressou com uma ação, pedindo a decadência e foi

vitorioso na seara administrativa, não na judicial, de R$ 3 e 723. Hoje a dívida do REFIS, pela consolidação, é de R$ 31 milhões e 861 mil, e deverá ser paga em 69 meses, quando terminaria em 12 anos. Então, estará liquidada em cinco anos e nove meses. Outro ponto positivo desta gestão foi a obtenção das certidões em ordem - aliás, exigência para participar da Lei de Incentivo – que hoje poucos clubes no Brasil têm, porque todos têm problemas com dívidas fiscais e tributárias. Outra informação: a Diretoria vai entregar o mandato com R$ 57 milhões e meio, com todos esses caixas de bancos, totais, e realizando todas obras e reformas durante esse período. Isso sem pedir uma taxa de obras para o associado. Foram repostos 1950 títulos de associados sem títulos, sendo que das 1950 inscrições, 1942 foram de filhos de associados, e, destes, 1200 crianças de 0 (zero) a cinco anos, que não pagam e não precisam ter título. Percebe-se que o Pinheiros é procurado para as crianças desenvolverem esporte. Existe o problema das filas de inscrições, mas no Plano Diretor está prevista uma solução.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Agradeceu ao Sr. Presidente pela profundidade dos esclarecimentos. Em relação aos déficits, disse que não ficou claro onde e como seria sanado.

Antonio Moreno Neto – Respondeu que o déficit seria sanado com a receita da SKY e da Sabesp, que é de 2010, não prevista em 2011. Mas, como salientou o aparteante, é necessário respeitar as contas. Tanto é que o Clube recebeu R$ 1 milhão e 200 mil do seguro do incêndio da Lanchonete do CCR, e, com o cuidado e o zelo necessários, esse recurso retornou para o Investimento, não veio para o Custeio. Existem duas hipóteses. A primeira, esses R$ 1 milhão e 300, a segunda, é a autorização do Governo Federal, para utilizar esses R$ 12 milhões e 800 mil, que poderá ser transferido contabilmente para o Custeio. Caso contrário, será necessário tomar outro tipo de medida para cuidar desse R$ 1 milhão e 800 durante o ano. Outra alternativa seriam os recursos da antecipação de contribuições sociais. Encerrando, cumprimentou o Assessor de Planejamento e Tecnologia, o Jorge Augusto de Albuquerque Erhardt, pela elaboração do orçamento, o atual Diretor Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho, e o anterior, Roberto Gasparini. Agradeceu à Diretoria como um todo, ao Vice-Presidente Severiano Atanes Netto, Diretores Adjuntos, Assessores, Assessores da Presidência, Consultores, ao Presidente do Centro Pró-Memória, à Mesa do Conselho anterior, presidida pelo Conselheiro Efetivo Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro, seu Vice-Presidente, Francisco Carlos Collet e Silva, os Secretários, Eduardo Ribas Oliveira Machado, Apparecido Teixeira e José Roberto Coutinho de Arruda; à Mesa atual e a todos os Conselheiros, dizendo que se esforçou para fazer o melhor, tendo em mente que conseguiu realizar aquilo ao que se propôs

no Plano de Ação. Agradeceu, ainda, ao Conselho Fiscal, que foi rígido, mas também consultivo, a Comissões todas, dizendo que foi uma alegria muito grande e uma realização enorme ser Presidente do Esporte Clube Pinheiros.

- O Plenário, em pé, aplaudiu o Presidente Antonio Moreno Neto.

Presidente – Declarou encerrada a discussão e submeteu a matéria à votação.

Peter Alfredo Burmester – Comunicou que estaria apresentando uma declaração de voto subscrita por Conselheiros, contrários à aprovação da matéria.

Deliberação:

Por expressiva maioria de votos, o Conselho resolveu aprovar o relatório da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa relativas ao exercício de 2010.

Declaração de voto apresentada por Conselheiros

"Os Conselheiros abaixo assinados, tendo em vista o balanço e as contas apresentadas pela Diretoria relativamente ao Exercício de 2010/2011 submetidas à sua apreciação, considerando que:

. O Conselho Deliberativo tem por função aprovar o Orçamento e deliberar sobre a aprovação ou reprovação do demonstrativo de contas prestadas em base anual.

. A prestação de contas pela Diretoria objetiva analisar, aprovar ou reprovar o desempenho com relação ao mandato que lhe foi outorgado com a aprovação do Orçamento.

. Pequenas variações entre o previsto e o realizando são aceitáveis porque nem sempre é viável controlar todas as variáveis que impactam a realização do Orçamento aprovado.

. Temos que relevar que, por sermos uma Associação sem fins lucrativos o mandato básico outorgado à Diretoria objetiva manter um equilíbrio orçamentário, ou seja, não procuramos atingir um superávit, mas tão pouco é aceitável um Déficit significativo em comparação às Receitas.

. A distinção entre uma pequena variação ou relativamente grande não é subjetiva.

. Existe no conceito de materialidade que indica – varições acima de 10% devem ser tratadas de forma especial, procurando as justificativas e comprovações pertinentes.

. No caso das presentes contas do exercício e mandato ora findos não consta assinatura dos Titulares do Conselho Fiscal, sendo assinadas apenas por suplentes sem qualquer justificativa da sua presença no balanço.

. O Parecer do Conselho Fiscal é inconcluso e não faz referência objetiva às contas apresentadas, não merecendo também sua aprovação.

. Com este objetivo o grupo de Conselheiros abaixo relacionados entenderm que as Demonstrações Financeiras não poderão ser aprovadas na forma como apresentadas porque carecem de uma explicação e justificação objetiva acerca dos seguintes aspectos:

a) O Déficit de aproximadamente R$ 15 milhões ao compararmos as receitas correntes versus despesas correntes. Esta comparação implicar tratarmos à parte as receitas oriundas de Eventos Extraordinários, a reversão da provisão do Refis e a emissão de Títulos Sociais;
b) Existência de déficit de aproximadamente de R$ 4,5 milhões no custeio, sem qualquer justificativa.
c) Obras não realizadas conforme cronograma aprovado ou realizados em desacordo com o autorizado pelo Conselho Deliberativo.
d) Inúmeras obras realizadas sem demonstração efetiva de observâncias dos preceitos regulamentares, sem demonstrações contratuais claras, especialmente no que diz respeito aos valores contratados e executados.
e) Falta de demonstração objetiva de valores de gastos autorizados pelo Conselho Deliberativo em relação ao efetivamente ocorrido, com faturamentos superiores sem justificativa.
f) Aparente confusão entre recursos do Orçamento de Investimento com Despesas de Custeio.
g) As receitas da contribuição social estão cada vez mais oneradas em face da sensível diminuição dos recursos da Lei de Inventivo ao Esporte e patrocínios.
h) Não houve redução na aplicação de recursos com esportes e atletas profissionais, em detrimento do amadorismo que deve nortear as atividades do nosso Clube.
Em razão de tais circunstâncias entendemos que são consideradas impeditivas para que o Conselho Deliberativo aprove sem ressalvas seus aspectos, razão pela qual os abaixo assinados firmam sua DECLARAÇÃO DE VOTO pela rejeição das contas da Diretoria ora submetidas a sua apreciação.
São Paulo, 18 de abril de 2011." a) Luís Alberto Figueiredo de Souza, Peter Alfredo Burmester, Cesar Palermo Kassab, Eliana Campos Lameiro, Marcelo Giordano Beyruth, Max Rolf Heinrich Büssing, Roberto Antonio Kirschner, Afonso Ferreira de Figueiredo, Fábio Andrade Reinbold, Luiz Eduardo do Amaral Cardia, Fernando Silva Rohrs, José Paulo de Camargo Mello, Helena Carvalho, Antonio Toloza de Oliveira e Costa Filho, Ricardo Coutinho Carvalhal, Andreas de Souza Fein, Célio Cássio dos Santos, Alexandre Fiore Weyand, Pedro Paulo de Salles Oliveira, Augusto Miranda, José Mario Faragó, Adriano Amaral Resende, Orlando Ferraz Alves, Klaus Dieter Struben, Roberto Antonio Dip, Maria Lúcia de Toledo Collet e Silva, Roberto Cappellano, Renato Lazzarini, Luiz Koji Ohara, Cassio de Camargo Mello, Silvia Schuster, Edgard Ozon, Fernando Gomes Schermann, Aldo Ferronato, Luiz Guilherme Laraya Kawall, Sergio Lazzarini, Roberto Gouveia Quartim, Rafael Porto Ferreira Braga, Eduardo Sampaio d´Utra Vaz, Maria Luiza Porto Ferreira Braga, Mario Montenegro Gasparini, Ligia Tayar, Mario dos Santos Guitti, Roberto Höfling, Paulo Sergio Uchôa Fagundes Ferraz de Camargo, Guilherme Giordano Beyruth, Victorio Antonio Mario Lomonaco, André Perego Fiore, Alexandre Perrone Lomonaco, Wilma de Almeida Gonçalves, Carlos Edmundo Miller Neto e André Franco Montoro Filho.

Item 4 - Várias.

Wilma de Almeida Gonçalves – Reiterou pedido de providências da Diretoria, com relação aos treinos da Natação e do Polo Aquático, que tomam muito espaço, impossibilitando o uso da piscina pelos associados. Solicitou à Diretoria, também, que seja permitido ao associado realizar uma aula experimental de atividades como Ioga, Ginástica, antes de efetivar o pagamento da matrícula.

Parabenizou a atual Diretoria pelos acertos, desejando sucesso para a gestão sucessora.

Tarcísio de Barros Bandeira – Reiterou pedido de resposta sobre onde estão inseridos os atletas.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Informou quantos Conselheiros compareceram à reunião. Reiterou o convite para a apresentação do sistema eleitoral que seria realizada no dia seguinte à reunião. Deu por encerrada a reunião às 23h20.

* * *

Obs: esta Ata foi integralmente aprovada na 596ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 30 de maio de 2011.

José Manssur
Presidente do Conselho Deliberativo
OAB/SP nº 28.443

Apparecido Teixeira
Primeiro Secretário do Conselho Deliberativo

mlf